

RELATÓRIO INFRAESTRUTURA



1. INVESTIMENTOS

1.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União

Em 2026, a dotação total autorizada registrada no Siga Brasil para o Orçamento da União foi de aproximadamente R\$ 6,5 trilhões, conforme consulta em julho de 2026. Deste valor, aproximadamente R\$ 83,8 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 1,3% do orçamento total.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes deteve o segundo maior

orçamento de investimentos com R\$ 13,3 bilhões, o que representou 16% da dotação total. O Ministério de Portos e Aeroportos tem orçamento de investimentos de R\$ 836 milhões.

Do orçamento de investimentos da União para 2026 (R\$ 83,8 bilhões), foram empenhados R\$ 47,8 bilhões, cerca de 57% da dotação autorizada até o fim de julho. No mesmo período foram liquidados do orçamento R\$ 18,1 bilhões e pagos R\$ 17 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, somaram R\$ 37,3 bilhões.

Tabela 1 - Execução Orçamentária da União - OGU 2026 Investimentos - Por Órgão Superior
Valores em final de período - atualizados até 27/07/2026 (R\$ milhões)

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	TOTAL PAGO (f=d+e)	RP a pagar
Ministério dos Transportes	13.264	10.163	76,6%	4.981	37,6%	4.400	33,2%	2.663	7.062	1.862
Ministério da Saúde	14.094	7145	50,7%	2.895	20,5%	2.737	19,4%	3.339	6.077	10.469
Ministério da Defesa	10.375	5.638	54,3%	1.429	13,8%	1.305	12,6%	2.034	3.339	2.940
Ministério da Fazenda	650	183	28,1%	12	1,9%	12	1,9%	76	89	277
Ministério da Educação	7.998	3.596	45,0%	1.023	12,8%	973	12,2%	2.757	3.730	6.379
Ministério das Cidades	8.415	3.966	47,1%	1.120	13,3%	1.020	12,1%	1.806	2.826	8.810
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	8.332	4.271	51,3%	720	8,6%	707	8,5%	2.997	3.704	14.667
Ministério da Justiça e Segurança Pública	3.324	2.032	61,1%	326	9,8%	306	9,2%	791	1.097	1.903
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.744	1.588	57,90%	824	30,00%	795	29,00%	665	1.460	246
Ministério da Agricultura e Pecuária	1.430	672	47,0%	126	8,8%	121	8,5%	1.118	1.239	3.263
Ministério de Portos e Aeroportos	836	398	47,6%	98	11,7%	76	9,1%	160	236	256
Ministério do Esporte	584	436	74,7%	17	2,9%	16	2,7%	289	305	1.474
Outros*	11.772	7.757	65,9%	4.501	38,2%	4.488	38,1%	1.669	6.158	4.926
Total	83.817	47.844	57,1%	18.072	21,6%	16.957	20,2%	20.365	37.322	57.472

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.

*Inclui: Ministério da Cultura; Justiça Federal; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Ministério da Fazenda; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Justiça Eleitoral; Câmara dos Deputados; Justiça do Trabalho; Ministério das Comunicações; Ministério Público da União; Presidência da República; Ministério de Minas e Energia; Superior Tribunal de Justiça; Ministério das Mulheres; Senado Federal; Tribunal de Contas da União; Banco Central do Brasil - Bacen; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério da Previdência Social; Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério das Relações Exteriores; Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Ministério dos Povos Indígenas; Advocacia-Geral da União; Ministério do Planejamento e Orçamento; Ministério da Igualdade Racial; Ministério do Trabalho e Emprego; Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Supremo Tribunal Federal; Justiça Militar da União; Controladoria-Geral da União; Conselho Nacional de Justiça; Ministério Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; Defensoria Pública da União; Conselho Nacional do Ministério Público e Gabinete da Vice-Presidência da República.

1.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos

Do montante de R\$ 13,3 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2026, foram empenhados até o fim de julho, cerca de R\$ 10,2 bilhões (76,6% da dotação autorizada) e liquidados aproximadamente R\$ 5 bilhões. Até o fim de julho, os valores pagos do orçamento foram de cerca de R\$ 4,4 bilhões e o total desembolsado (incluindo os restos a pagar pagos) foi de R\$ 7,1 bilhões.

No que diz respeito ao Ministério de Portos e Aeroportos, do montante de R\$ 836 milhões autorizado para investimentos em 2026, até o fim de julho foram empenhados R\$ 398 milhões, liquidados R\$ 98 milhões, pagos R\$ 76 milhões e desembolsados (incluindo os restos a pagar pagos) R\$ 236 milhões.

Dos R\$ 14,1 bilhões de investimentos autorizados para o Ministério dos Transportes (R\$ 13,3 bilhões) e para o Ministério de Portos e Aeroportos (R\$ 836 milhões), aproximadamente 82% (R\$ 11,6 bilhões) foram destinados ao setor rodoviário. O restante foi dividido entre os setores ferroviário (R\$ 411 milhões), aquaviário (R\$ 554 milhões), aeroportuário (R\$ 259 milhões) e outros (R\$ 1,3 bilhão).

Tabela 2 - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos – OGU 2026 Investimentos - Por Modalidade
Valores em final de período - atualizados até 27/07/2026 (R\$ milhões)

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar (e)	Pagos (f)	TOTAL PAGO (f+d+e)	RP a pagar
Aeroportuário	259	141	55%	34	13%	25	10%	55	80	213	
Ferrovialrio	411	133	32%	12	3%	11	3%	89	100	228	
Aquaviário	554	248	45%	69	12%	64	12%	63	127	67	
Rodoviário	11.585	9.481	82%	4.623	40%	4.057	35%	2.370	6.427	1.351	
Outros	1.291	558	43%	341	26%	318	25%	246	564	260	
Total	14.100	10.561	75%	5.079	36%	4.475	32%	2.822	7.298	2.118	

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.
Nota: Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

A União inscreveu em 2026, aproximadamente, R\$ 8,1 bilhões de restos a pagar processados. Deste valor, o Ministério dos Transportes inscreveu cerca de R\$ 159 milhões.

Em relação aos restos a pagar não-processados, a União inscreveu, em 2026, R\$ 69,5 bilhões. O Ministério dos Transportes teve R\$ 4,4 bilhões inscritos e o Ministério de Portos e Aeroportos R\$ 439 milhões.

Do volume total de restos a pagar inscritos pela União, os pagamentos até o fim de julho de 2026 corresponderam a 26% do total inscrito, excluídos os cancelamentos.

O Ministério dos Transportes pagou até o fim de julho 59% do valor que inscreveu para 2026. O Ministério de Portos e Aeroportos pagou 38% do seu total inscrito.

Tabela 3 - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2026
Restos a Pagar Processados - Valores em final do período - atualizados até 27/07/2026 (R\$ milhões)

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Ministério dos Transportes	159	0	131	29
Ministério de Portos e Aeroportos	1	0	1	0
União	8.072	127	2.395	5.550

Restos a Pagar Não-Processados - Valores em final do período - atualizados até 27/07/2026 (R\$ milhões)				
Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Ministério dos Transportes	4.404	38	2.532	1.833
Ministério de Portos e Aeroportos	439	25	158	256
União	69.473	522	17.870	51.081

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.
Nota: Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.



2. ENERGIA ELÉTRICA

2.1. Geração de Energia Elétrica (CCEE)

Em abril de 2026, a geração de energia elétrica no sistema interligado nacional registrou 69 GW médios, valor 2% inferior ao verificado em abril de 2025.

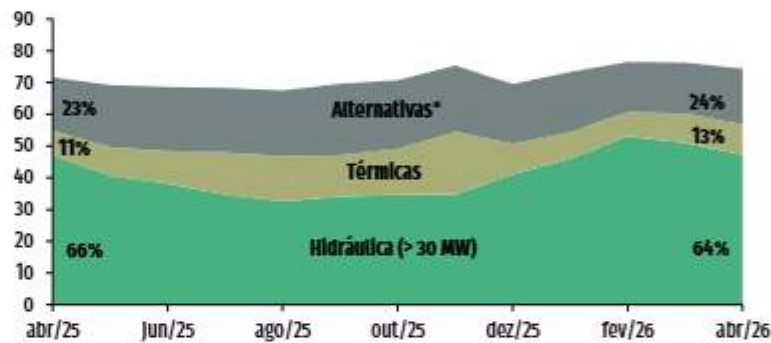
A fonte com maior participação foi a hidráulica em usinas com capacidade de geração superior a 30 MW médios (59% do total). A fonte de geração de energia que apresentou o maior crescimento em comparação ao mesmo mês do ano anterior foi a térmica (26%).

Tabela 4 - Geração de Energia por Fonte (MW médio)

Fonte	Abril 2025	Abril 2026	Varição % abr/2026-abr/2025	Participação % 2026
Hidráulica (>30 MW)	43.685	41.041	-6%	59%
Térmica	7.662	9.676	26%	14%
Eólica	12.310	11.255	-9%	16%
PCH e CGH	3.621	3.100	-14%	4%
Fotovoltaica	3.710	4.393	18%	6%
Total	70.989	69.465	-2%	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

Gráfico 1 - Evolução da Geração de Energia por Fonte (GW médio)



Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

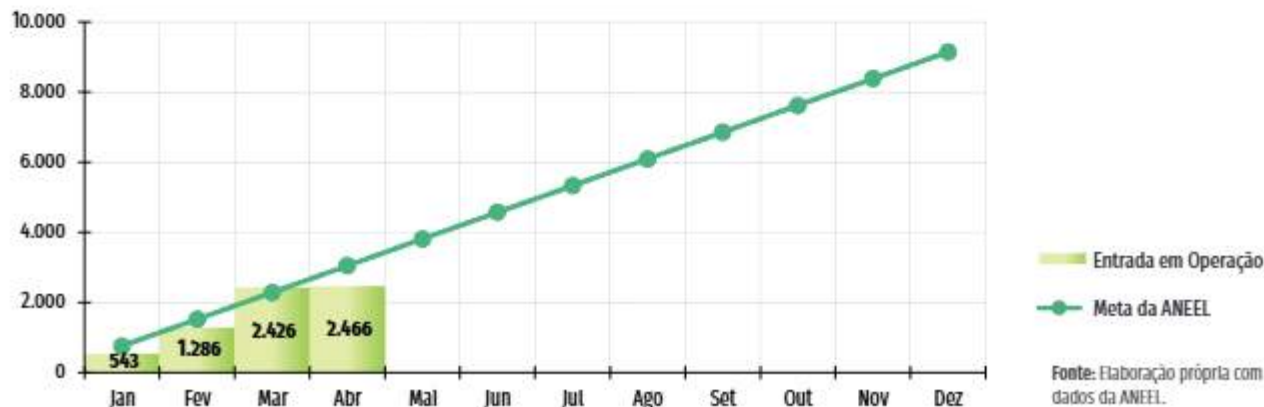
*Geração eólica, fotovoltaica, PCHs e CGHs.

2.2. Expansão da Capacidade de Geração de Energia Elétrica (ANEEL)

O gráfico apresentado a seguir ilustra a expansão acumulada da capacidade geradora no sistema interligado nacional

ao longo do ano corrente. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

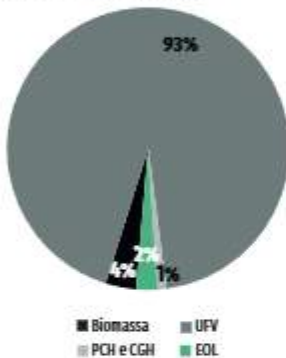
Gráfico 2 - Expansão Acumulada da Capacidade de Geração de Energia Elétrica em 2026 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Entre janeiro e abril de 2026, entraram em operação 57 usinas com um total de 2466 MW de potência instalada. Desse total, as usinas eólicas (EOLs) responderam por 59 MW, as termelétricas a combustíveis fósseis (UTES) por 0 MW, as usinas à biomassa por 86 MW, as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) por 26 MW e as centrais geradoras fotovoltaicas (UFV) por 2295 MW.

Gráfico 3 - Expansão Acumulada da Capacidade Instalada por Tipo de Geração em 2026 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.
* Inclui UTES a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

2.2.1. Previsão da Expansão da Capacidade de Geração de Energia Elétrica

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 0,8% ao ano na capacidade total de geração elétrica do país, considerando o período entre o início de 2026 e o final de 2030.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de aproximadamente 16 GW no período 2026-2030. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 1,4% ao ano.

Tabela 5 - Previsão para Entrada em Operação (em MW) até 2030*

Fontes Alternativas

Cenário	2026	2027	2028	2029	2030	Σ
Conservador	1.245	3.499	268	37	6	5.055
Otimista	1.245	4.655	3.384	1.164	1.619	12.067

Usinas Termelétricas Fósseis

Cenário	2026	2027	2028	2029	2030	Σ
Conservador	2.765	663	0	0	0	3.428
Otimista	2.765	663	14	0	49	3.491

Somatório Fontes Alternativas e Fósseis

Cenário	2026	2027	2028	2029	2030	Σ
Conservador	4.010	4.162	268	37	6	8.483
Otimista	4.010	5.318	3.398	1.164	1.668	15.558

Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Nota: Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação. Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido. Estão incluídos em fontes alternativas, só MW referentes à entrada de UHEs.

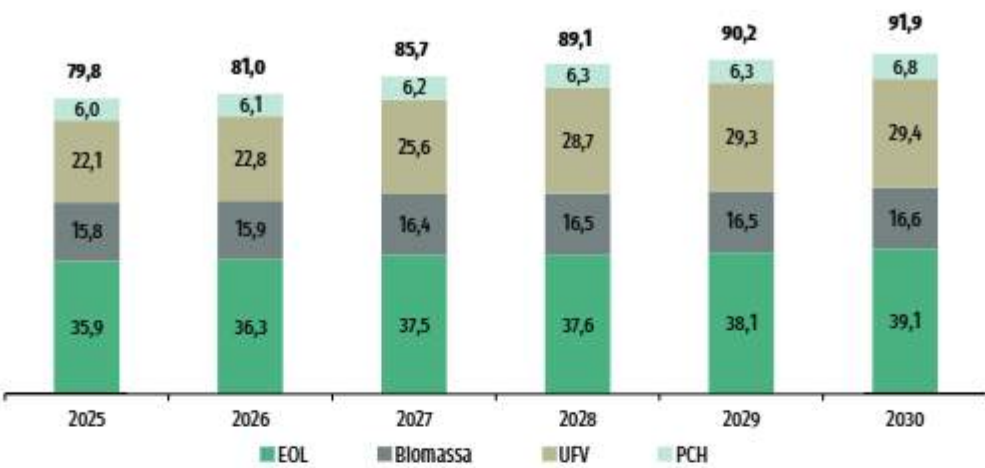
*A previsão para 2026 equivale àquela definida em 31/12/2025 para os doze meses subsequentes.

Entre 2026 e 2030, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 2% da capacidade instalada no Brasil de usinas térmicas (UTES). Mesmo com a expansão prevista, a participação na capacidade total instalada das UTES deve ser mantida em cerca de 15% (desconsiderando as centrais nucleares) até 2030. As usinas hidrelétricas devem reduzir a sua participação na matriz elétrica nacional de 49%, no início de 2026, para 48%, no final de 2030.

Ao final de 2026, as fontes de energia alternativas corresponderam a 36% da capacidade instalada total. A participação das usinas térmicas a biomassa foi de 7% e, pela previsão conservadora, o percentual deve ser mantido até 2030. No caso das usinas eólicas (EOL), a previsão é que a participação dessa fonte na capacidade instalada suba para 16%, enquanto na participação das usinas solares fotovoltaicas estima-se um aumento de 10% para 11%. A participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve permanecer em 3% até 2030.

A previsão otimista para a expansão da geração das fontes de energia alternativa é que a participação atinja, até 2030, 39% da capacidade instalada do País. As usinas solares fotovoltaicas (UFV) possuem a maior previsão de aumento da capacidade instalada, com um crescimento de 29%. Em segundo lugar ficam as usinas eólicas, com previsão de 8% de aumento de capacidade.

Gráfico 4 - Previsão da Capacidade Instalada ao Final de Cada Ano - Fontes Alternativas (GW) Cenário Otimista



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
Nota: Em 2025, Capacidade Instalada em 31/12/2025.

2.2.2. Expansão da Geração Distribuída

A geração distribuída pode ser definida como uma fonte de energia elétrica conectada diretamente à rede de distribuição ou situada junto ao próprio consumidor. Em abril de 2026, entraram em operação 608 MW de

potência instalada em geração distribuída, valor -29% inferior ao observado no mesmo mês de 2025.

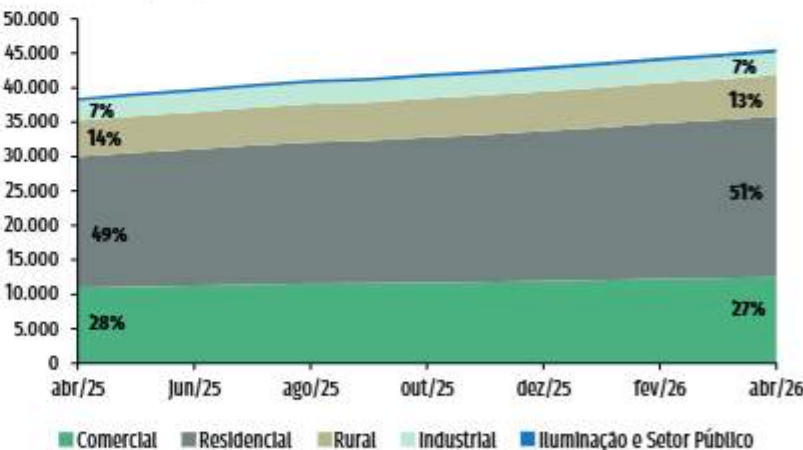
A potência instalada em geração distribuída, em abril de 2026, foi de 45.655 MW, valor 18% superior ao verificado em abril de 2025. O setor industrial representa 7% (3238 MW) do total da potência instalada em abril de 2026.

Tabela 6 - Acréscimo de Potência Instalada em Geração Distribuída (MW)

Classe	Abril 2025	Abril 2026	Variação % abr/2026-abr/2025
Residencial	458,5	392,1	-14%
Comercial	240,7	133,79	-44%
Rural	85,6	49,8	-42%
Industrial	52,5	24,7	-53%
Iluminação e Poder Público	12,7	7,3	-43%
Total	850,0	607,7	-29%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Gráfico 5 - Evolução da Potência Instalada da Geração Distribuída - Acumulado (MW)



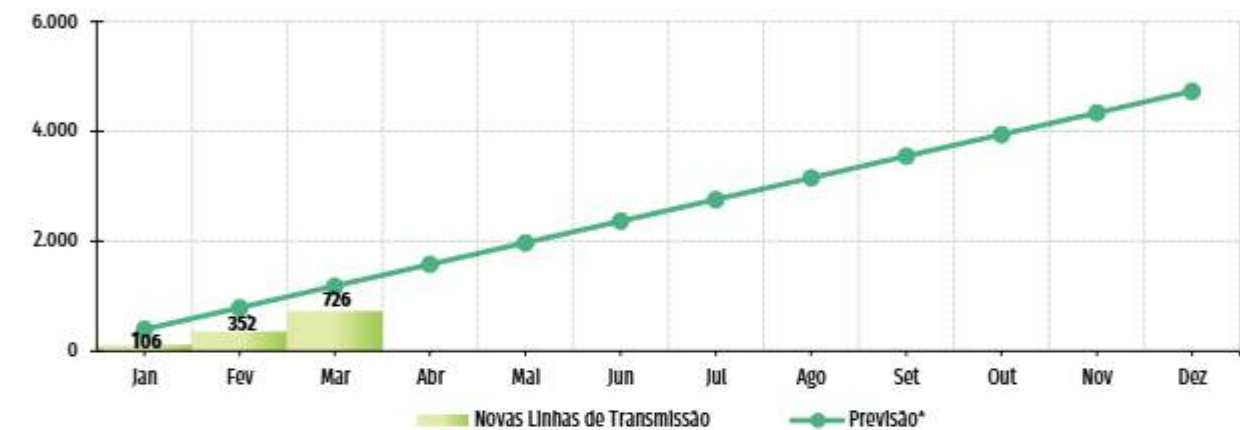
Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

2.3. Expansão das Linhas de Transmissão (MME)

Em março de 2026, entraram em operação 374 novos km de linhas de transmissão. De acordo com a previsão do Ministério de Minas e Energia, a expectativa para o ano de 2026 é de 4,7 mil km de novas linhas de transmissão em operação no país. Para 2026, são previstos 4,1 mil km de novas linhas de transmissão.

As linhas de transmissão se dividem por classes de tensão que podem utilizar a rede elétrica. Do total de novas linhas que entraram em operação até março de 2026, 66 km foram da classe de tensão de 230 kV e 660 km foram da classe de tensão de 500/525 kV.

Gráfico 6 - Entrada em Operação de Novas Linhas de Transmissão (km) - Acumulado



Fonte: Elaboração própria com dados do MME.
Nota: *Considera a previsão divulgada pelo Ministério de Minas e Energia em janeiro 2026.

2.4. Energia Armazenada Verificada (ONS)

Em abril de 2026, quatro das cinco regiões apresentaram nível de energia armazenada nos reservatórios superior ao verificado no mesmo mês do ano anterior. A região Sul apresentou reservatórios com o nível de 23,2%, 16,9 pontos percentuais abaixo do verificado no mesmo mês de 2025. A região Nordeste foi a que apresentou o maior incremento no nível dos reservatórios na comparação com abril de 2025.

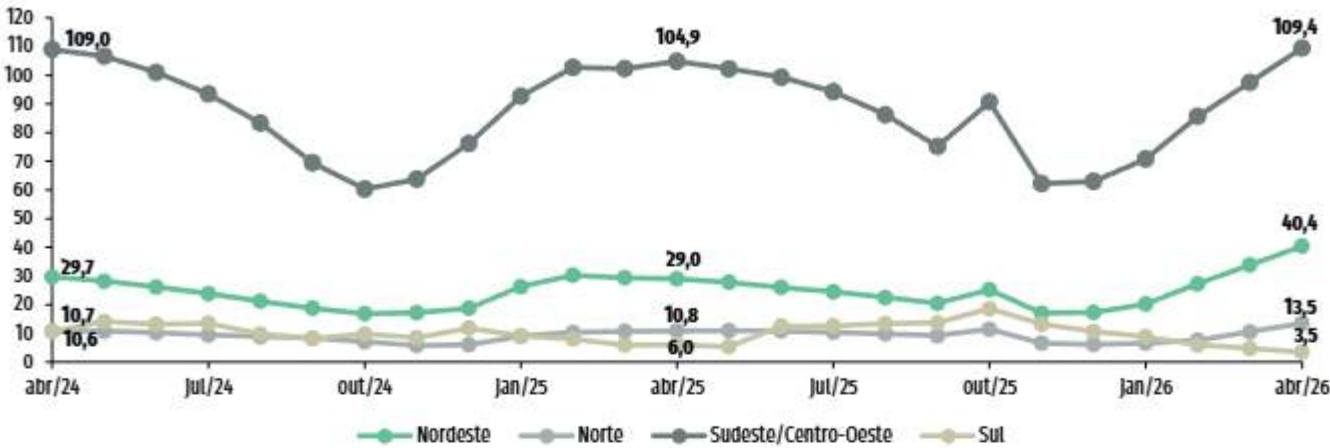
Em abril de 2026, os reservatórios brasileiros apresentaram um nível equivalente a 166.802 GWh de energia armazenada, valor 11% superior ao observado para o mesmo mês no ano anterior. As regiões Sudeste/Centro-Oeste tiveram 109.449 GWh armazenados, valor 4% superior ao observado em abril de 2025.

Tabela 7 - Nível de Armazenagem Verificada nos Reservatórios (%)

Subsistema	Abril 2025	Abril 2026	Variação % abr/2026-abr/2025
Nordeste	77%	107%	30,3
Norte	97%	121%	23,6
Sudeste/Centro-Oeste	70%	73%	3,1
Sul	40%	23%	-16,9

Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

Gráfico 7 - Energia Armazenada Verificada nos Reservatórios (milhares de GWh)



Fonte: Elaboração própria com dados do O.N.S.

2.5. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O consumo no mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em abril de 2026, 50 mil GWh, apresentando um valor 5,5% superior ao observado em abril de 2025.

O consumidor cativo é o consumidor ao qual só é permitido comprar energia da distribuidora detentora da concessão ou permissão na área onde se localizam as instalações do “acessante”. Já aquele que consumia carga igual ou maior que 3.000 kW era considerado consumidor livre e podia optar por contratar seu fornecimento de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do sistema interligado. Essa limitação reduziu-se posteriormente, dando margem a maior abertura do mercado.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 16,9 mil GWh, valor 2% superior ao observado no mesmo mês de 2025, e representou 34% do total da energia elétrica consumida em abril de 2026.

Em abril de 2026, o setor industrial que teve maior crescimento no consumo de energia elétrica foi o de extração de minerais metálicos, apresentando um aumento de 8,4% no consumo de energia na comparação com o mesmo mês de 2025.

Tabela 8 - Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Abril 2025	Abril 2026	Variação % abr/2026-abr/2025
Residencial	14.611	16.153	10,6
Industrial	16.592	16.905	2
Comercial	8.800	9.584	9
Outras	6.989	6.949	-0,6
Total	46.992	49.591	5,5

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Tabela 9 - Consumo de Energia Elétrica por Setor (GWh)

Setor	Abril 2025	Abril 2026	Variação % abr/2026-abr/2025	Variação % abr/2026
Metalúrgico	4.148	4.091	-1%	24%
Outros	2.704	2.705	0%	16%
Produtos Alimentícios	2.339	2.451	5%	15%
Químico	1.543	1.572	2%	9%
Produtos Minerais e não-metálicos	1.228	1.268	3%	8%
Extração de minerais metálicos	1.294	1.403	8%	8%
Borracha e Material Plástico	996	1.031	3,6%	6%
Papel e Celulose	863	845	-2%	5%
Automotivo	597	625	5%	4%
Têxtil	514	541	5%	3%
Produtos Metálicos*	365	372	2%	2%
Total	16.592	16.905	2%	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Nota: *Exceto máquinas e equipamentos.

2.6. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado.

Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as regiões.

Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, o PLD observado, em abril de 2026, foi de R\$ 211/MWh, valor 5% superior ao registrado no mesmo mês de 2025. Para a região Sul, o PLD registrou o valor de R\$ 254/MWh, apresentando um aumento de 25% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A região Nordeste registrou o valor de R\$ 139/MWh, apresentando um aumento de 30% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já a região Norte apresentou o PLD em R\$ 140/MWh, um crescimento de 30% comparado com abril de 2025.

Gráfico 8 - Média Mensal do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)



Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.



2.7. Indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica

A continuidade do fornecimento de energia é acompanhada pela ANEEL por meio da Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e da Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC). Os indicadores DEC e FEC são divulgados por meio de subdivisões das distribuidoras, denominadas conjuntos de unidades consumidoras.

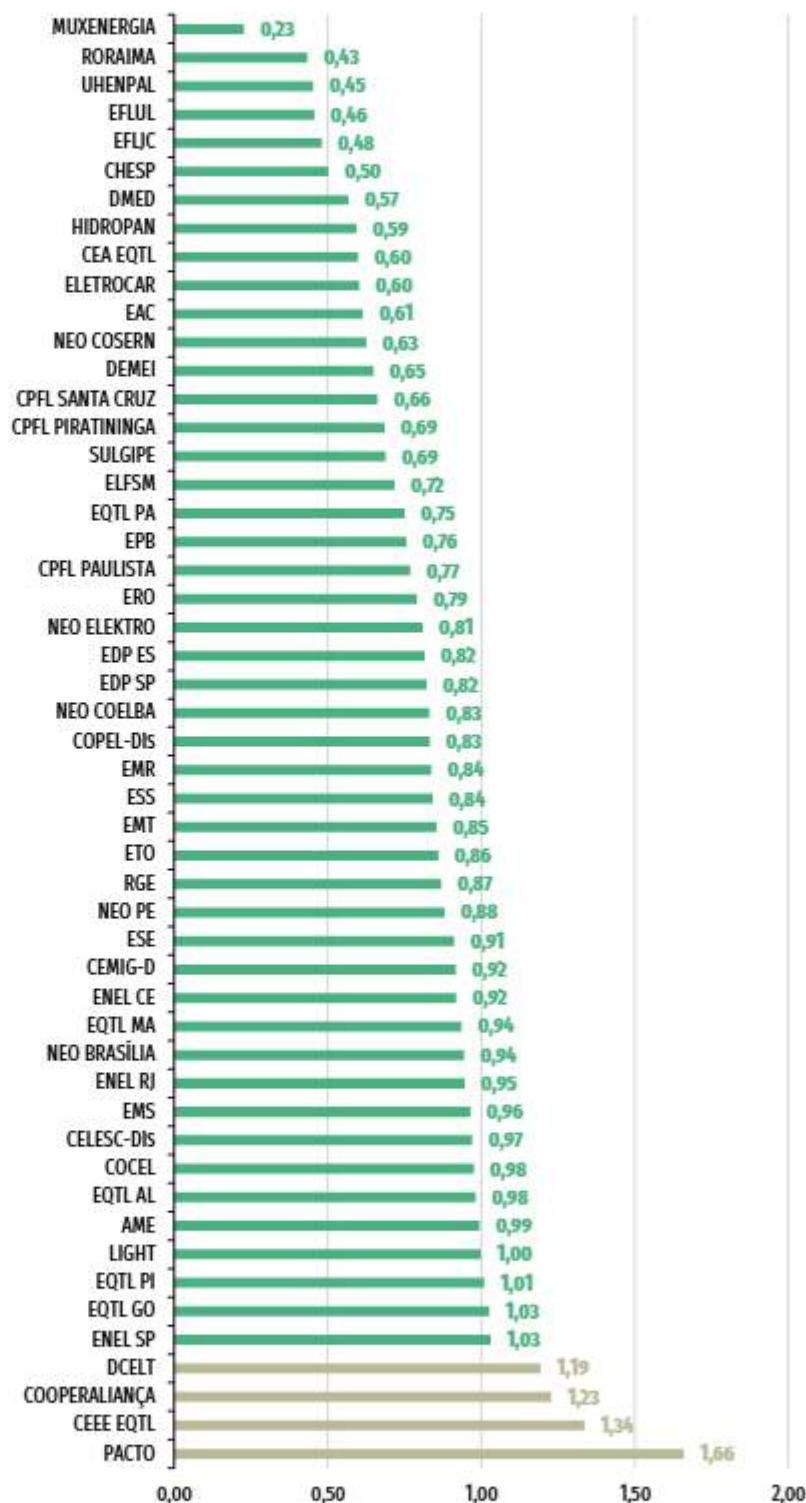
2.7.1. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC)

O DEC é um indicador elaborado pela ANEEL que mede o tempo médio, em horas, que cada conjunto de unidades consumidoras ficou sem energia elétrica em um determinado mês.

O DEC/Limite compara o valor do DEC observado com o limite estabelecido pela ANEEL. Esse índice permite avaliar se a distribuidora está dentro do padrão exigido (menor ou igual um) ou se excedeu (maior que um) o tempo máximo de interrupção determinado pela ANEEL.

Em abril, a distribuidora MUXENERGIA foi a que apresentou o melhor desempenho em termos de tempo médio de interrupção no fornecimento de energia, com um DEC de 0,23, seguida pela UHENPAL (0,43) e pela EFIJC (0,45), respectivamente.

Gráfico 9 - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora em relação ao Limite Estabelecido pela ANEEL (DEC/Limite) - abr/26



Fonte: Elaboração própria com dados da Anel.
A apuração desses indicadores considera interrupções com duração maior ou igual a 3 minutos.

2.7.2. Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC)

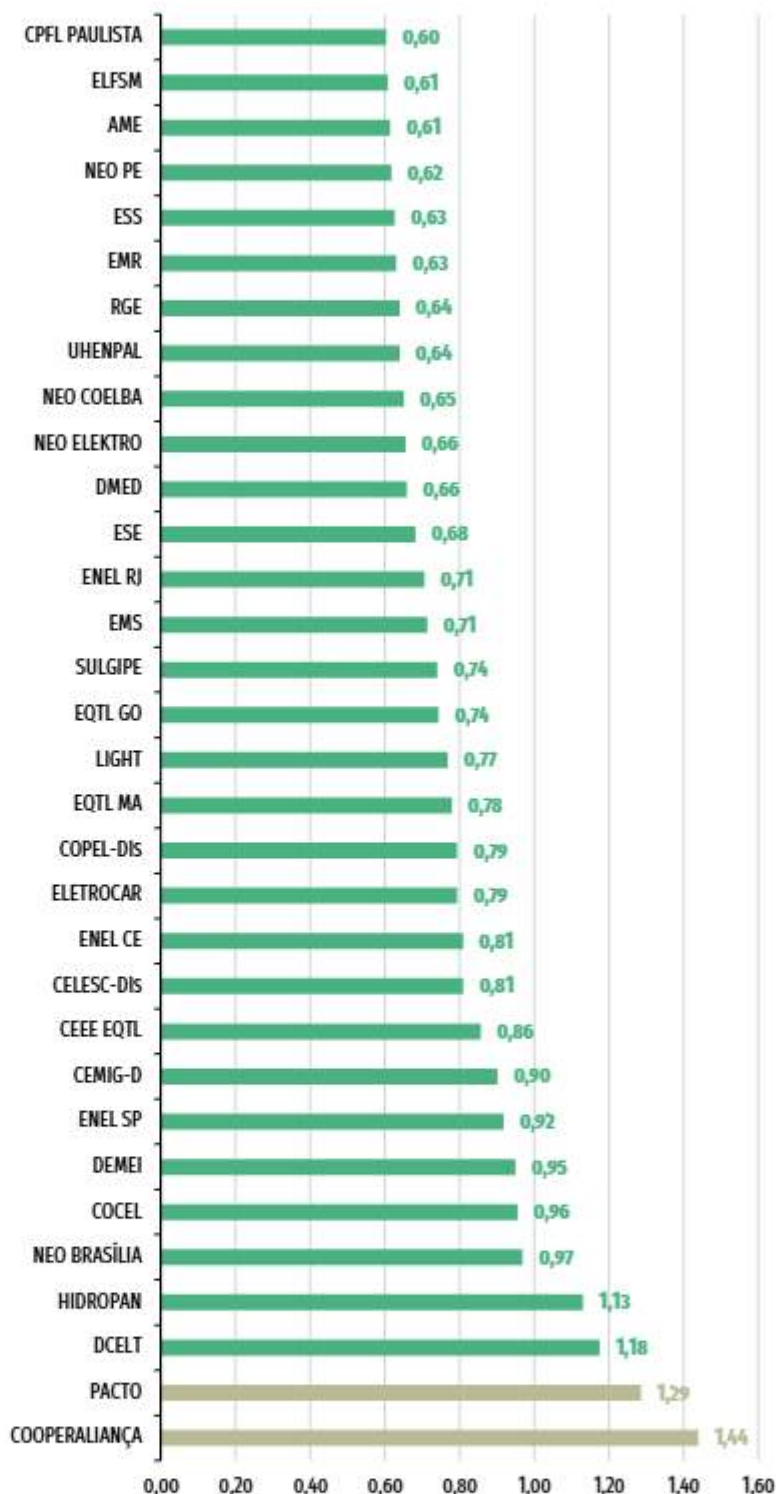
O indicador FEC é estabelecido pela ANEEL e mede a quantidade média de vezes que cada conjunto de unidades consumidoras sofreu interrupção no fornecimento de energia elétrica em um determinado período.

O FEC/Limite compara o valor do FEC observado com o limite definido pela ANEEL. Assim como no caso do DEC/Limite, esse índice mostra se a frequência de interrupções está dentro do padrão estabelecido pela ANEEL (menor ou igual um) ou se foi ultrapassado (maior que um).

Em abril, a CPFL PAULISTA foi a distribuidora que apresentou o melhor desempenho em termos de frequência média de interrupção no fornecimento de energia, com um FEC de 0,60, seguida pela ELFSM (0,61) e pela AME (0,61).

Entre abril de 2025 e abril de 2026, a duração média das interrupções no Brasil foi de 9 horas e 24 minutos. Por sua vez, a quantidade média de interrupções atingiu 4,60.

Gráfico 10 - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora em relação ao Limite Estabelecido pela ANEEL (FEC/Limite) - abr/26



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
A apuração desses indicadores considera interrupções com duração maior ou igual a 3 minutos.



3. PETRÓLEO

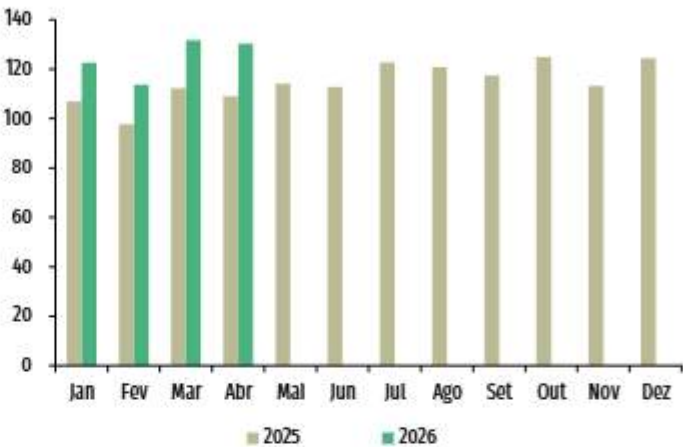
3.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de abril de 2026, foi de 130 milhões de barris de petróleo, equivalente (1 bep equivale a 0,16 m³), volume 19% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior.

O grau API (escala que mede a densidade dos líquidos derivados do petróleo) médio do petróleo produzido em abril de 2026 foi de 28,2°, sendo que 2% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 91,1% considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 6,9% considerada óleo pesado (menor que 22°API).

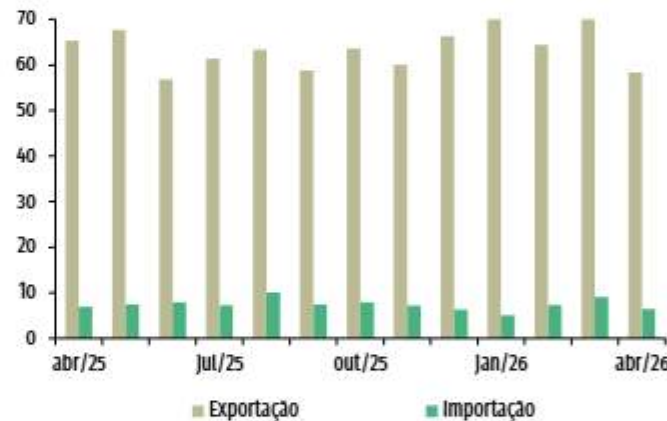
De acordo com a ANP, em abril de 2026, cerca de 98% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

Gráfico 11 - Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 12 - Exportação vs. Importação de Petróleo (milhões bep)



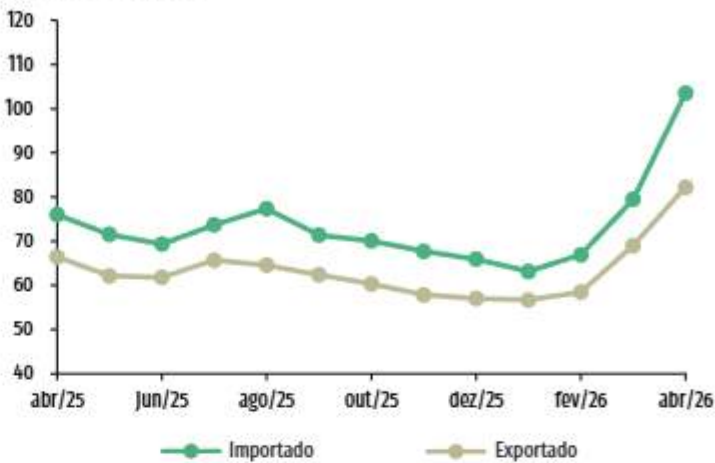
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



O volume de petróleo exportado pelo país, em abril de 2026, foi de 58,4 milhões bep, volume 11% inferior ao exportado em abril de 2025. Já a importação de petróleo foi de 6,4 milhões bep, volume 7% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior. O consumo aparente de petróleo alcançou 78,2 milhões bep.

O preço médio do petróleo importado pelo país, em abril de 2026, foi de US\$ 104/barril, valor 36,2% superior ao observado em abril de 2025.

Gráfico 13 - Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Tabela 10 - Produção e Comércio Exterior de Petróleo (milhões bep)

Petróleo	Abril 2025	Abril 2026	Variação % abr/2026-abr/2025
Produção de Petróleo (a)	109,0	130,2	19%
Importação de Petróleo (b)	6,9	6,4	-7%
Exportação de Petróleo (c)	65,3	58,4	-11%
Consumo Aparente (d)=(a+b-c)	50,6	78,2	55%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



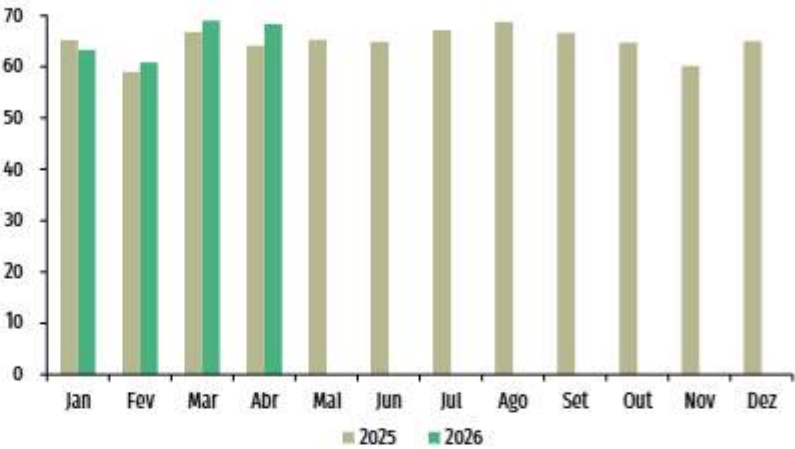
3.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em abril de 2026, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 68 milhões bep, volume 7% superior ao produzido em abril de 2025.

A importação de derivados de petróleo, em abril de 2026, foi de 14 milhões bep, valor 17% inferior ao registrado em abril do ano anterior. No que diz respeito à exportação de derivados de petróleo, em abril de 2026 foi constatado um total de 12 milhões bep, o que representa um volume 14% inferior ao observado no mesmo mês de 2025.

Em abril de 2026, a dependência externa de derivados do petróleo foi de 3% em relação a um consumo aparente de 70 milhões bep.

Gráfico 14 - Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 15 - Importação e Exportação de Nafta (mil m³)

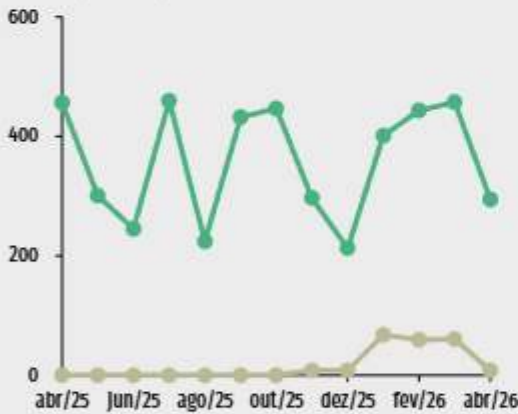


Gráfico 16 - Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

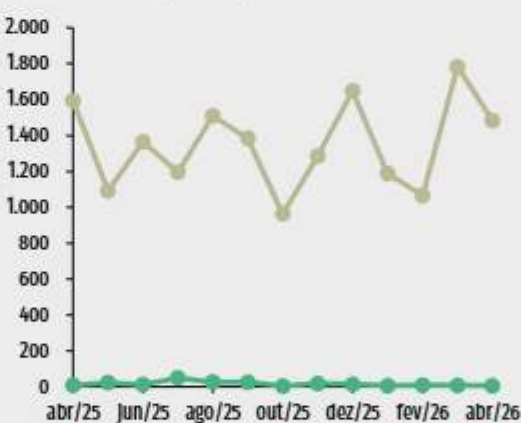


Gráfico 17 - Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)

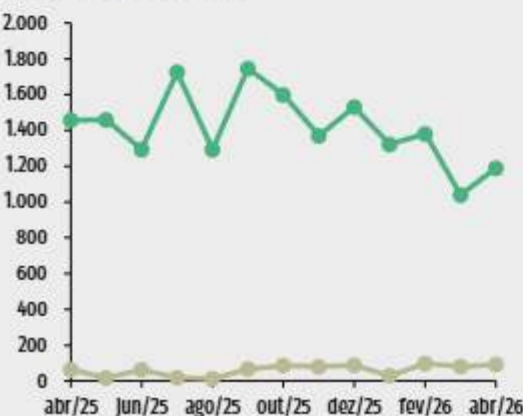
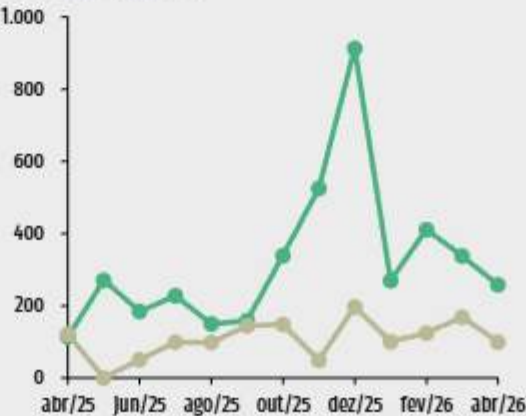


Gráfico 18 - Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



— Importação
— Exportação

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Tabela 11 - Produção e Comércio Exterior de Derivados de Petróleo (em milhões de bep)

Derivados	Abril 2025	Abril 2026	Variação % abr/2026-abr/2025
Produção de Derivados (a)	64,2	68,4	7%
Importação de Derivados (b)	17,1	14,1	-17%
Exportação de Derivados (c)	13,8	12,0	-13%
Consumo Aparente (d)=(a+b-c)	67,5	70,4	4%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.3. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em abril de 2026, apresentou saldo positivo de US\$ 3.764 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 3.741 milhões FOB a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo foi positivo em US\$ 3.618 milhões FOB.

Tabela 12 - Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhões US\$ FOB)

	Abril 2025	Abril 2026	Variação % abr/2026-abr/2025
Petróleo			
Receita com exportação (a)	4.339	4.796	15%
Dispêndio com importação (b)	525	664	26%
Balança Comercial (c)=(a-b)	3.814	4.132	
Derivados			
Receita com exportação (d)	1.061	1.263	19%
Dispêndio com importação (e)	1.258	1.654	32%
Balança Comercial (f)=(d-e)	-196	-391	
Petróleo e Derivados			
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	5.401	6.059	12%
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.782	2.318	30%
Balança Total (i)=(g)-(h)	3.618	3.741	

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.





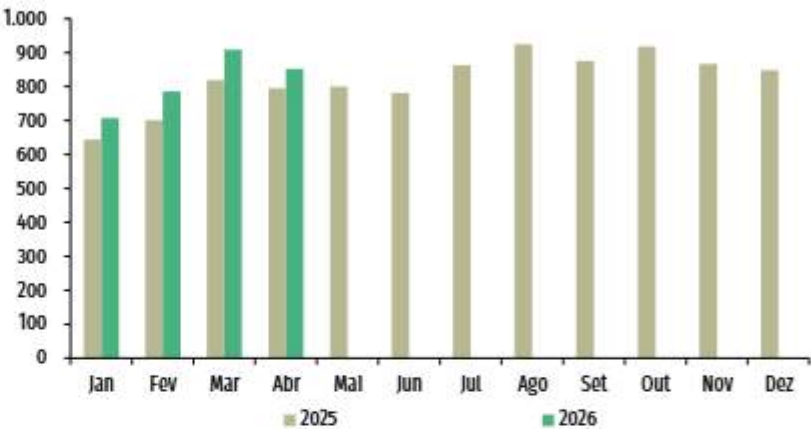
4. BIOCOMBUSTÍVEIS

4.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em abril de 2026, foi de 852 mil m³, montante 7% superior ao produzido em abril de 2025.

O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em abril de 2026, foi de R\$ 7,28/l, valor 17% superior ao registrado em abril de 2025.

Gráfico 19 - Produção de Biodiesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Álcool

4.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2026/2027 produziu, até abril de 2026, 3,6 milhões de m³ de álcool. Desse total, 71% são referentes à produção de álcool etílico hidratado, que é o etanol comum, vendido nos postos de gasolina, enquanto o etanol anidro é aquele misturado à gasolina. A produção total de álcool foi 70% superior em relação ao mesmo período da safra anterior.

A produção de açúcar no mesmo período foi de 2,5 milhões de toneladas, volume 50% superior ao observado no mesmo período da safra 2024/2025.

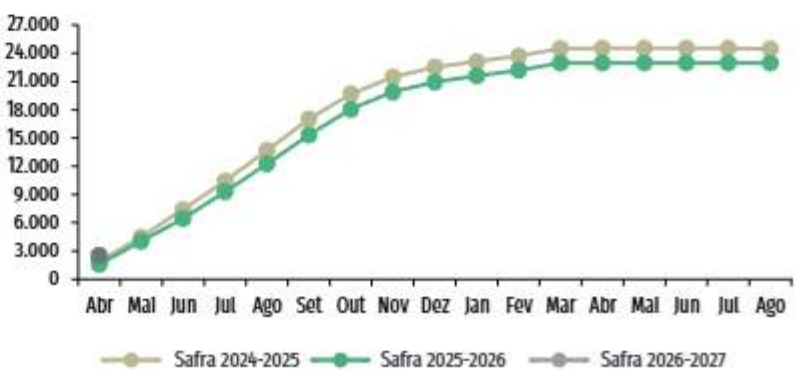
As safras se iniciam em abril e se encerram em agosto do ano posterior. Assim, durante quatro meses se observam duas safras paralelas nos diferentes estados brasileiros.

Tabela 13 - Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2025/2026 (até final de Abril 2025)	Safra 2026/2027 (até final de Abril 2026)	Variação (%)
Álcool Anidro (m³)	511.841	1.028.029	101%
Álcool Hidratado (m³)	1.588.267	2.537.267	60%
Total Álcool (m³)	2.100.108	3.565.296	70%
Açúcar (ton)	1.675.083	2.505.349	50%

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Gráfico 20 - Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

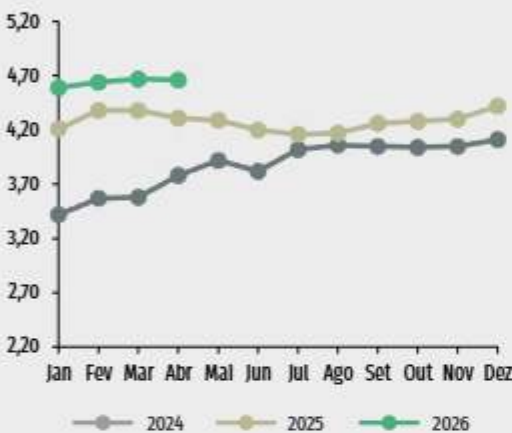
4.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1.841.267 milhões de m³ em abril de 2026. Esse número representa um aumento de 1% em relação ao volume vendido em abril do ano anterior.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 32% do universo de vendas do álcool e da gasolina em abril de 2026. Essa participação é indiferente à observada em abril do ano anterior.

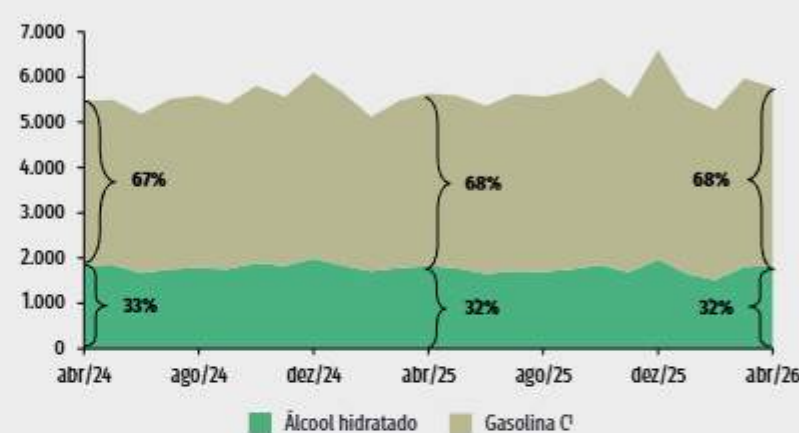
Em abril de 2026, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 4,66/L, valor 8% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 21 - Preço ao Consumidor de Álcool Etílico Hidratado (R\$/L)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 22 - Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhões m³)

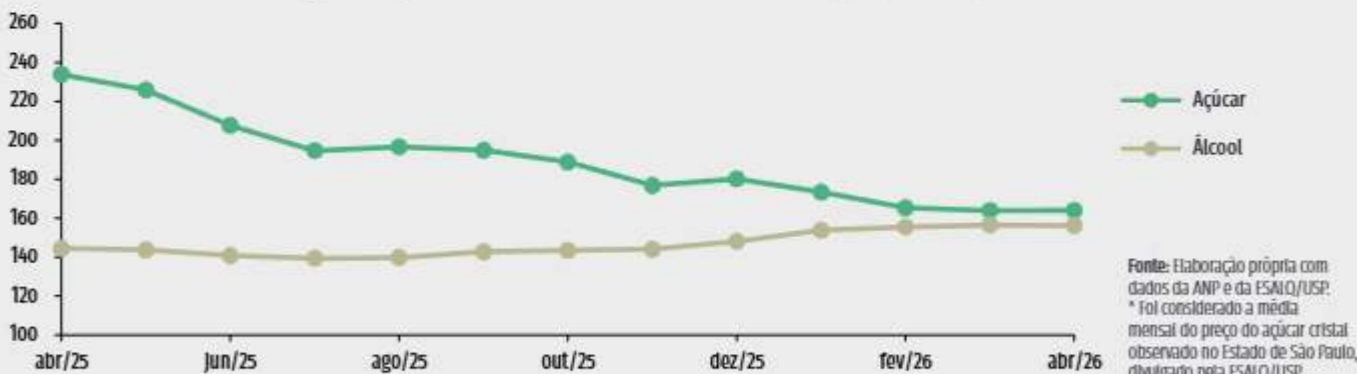


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Alcool Anidro.

Gráfico 23 - Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/18=100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESAIQ/USP.

* Foi considerado a média mensal do preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, divulgado pela ESAIQ/USP.



5. GÁS NATURAL

5.1. Produção e Oferta Interna de Gás Natural (MME)

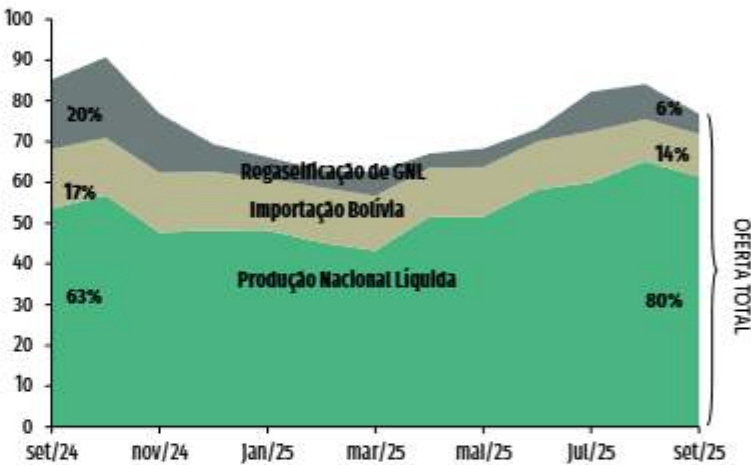
Segundo dados mais recentes divulgados pelo MME, a produção nacional diária média de gás natural, em setembro de 2025, foi de 191 milhões m³/dia, representando um aumento de 12% comparado a setembro do ano anterior.

A importação média de Gás Natural (GN) da Bolívia, em setembro de 2025, foi de 10,5 milhões de m³/dia, volume 28% inferior ao observado no mesmo mês de 2024. A importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL), em setembro de 2025, totalizou 5 milhões m³/dia, volume 71% inferior ao montante observado no mesmo mês do ano anterior.

Em setembro de 2025, a oferta total de gás natural totalizou 76,8 milhões m³/dia, valor 9% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 68,5% em setembro de 2024. Em setembro de 2025, essa proporção foi de 67,8%.

Gráfico 24 - Oferta Total de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do MME.
Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

Tabela 14 - Balanço do Gás Natural no Brasil (milhões m³/dia)

	Setembro 2024	Setembro 2025	Varição % set/2025-set/2024
Produção Nacional ¹	169,9	190,6	12%
- Reinjeção	93,5	102,2	9%
- Queimas e perdas	3,6	4,1	13%
- Consumo próprio	19,2	22,9	18%
= Produção Nac. Líquida	53,6	61,8	15%
+ Importação Bolívia	14,6	10,5	-28%
+ Importação regaseificação de GNL	17,0	4,89	-71%
= Oferta	85,2	77,2	-9%

Fonte: Elaboração própria com dados do MME.
Nota: ¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

5.2. Consumo de Gás Natural (MME)

O consumo de gás natural no país em setembro de 2025 foi, em média, cerca de 76 milhões de m³/dia. Essa média é 7% inferior ao volume médio diário consumido em setembro de 2024. O setor industrial consumiu aproximadamente 41 milhões de m³/dia de gás natural, volume 2% superior ao apresentado no mesmo mês do ano anterior.

A geração elétrica foi responsável por 34% do consumo de gás natural em setembro de 2025. O setor industrial foi responsável por 54% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

Tabela 15 - Consumo de Gás Natural por Segmento (milhões m³/dia)

	Setembro 2024	Setembro 2025	Variação % set/2025-set/2024
Industrial*	40,1	40,8	1,8%
Automotivo	4,4	4,0	-10%
Residencial	1,7	1,8	5%
Comercial	0,9	0,9	-1%
Geração Elétrica	33,1	26,0	-21%
Co-geração*	1,2	1,4	13%
Outros	0,62	1,1	78,1%
Total	82,0	75,9	-7%

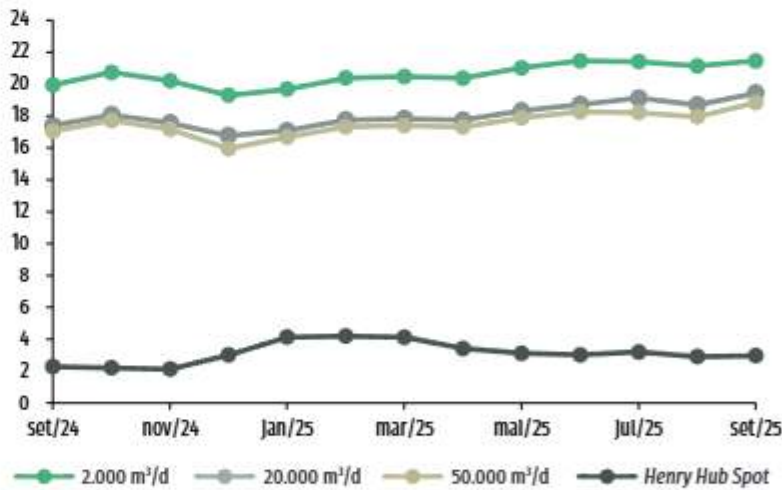
Fonte: Elaboração própria com dados do MME.
Nota: *Inclui consumo de refinarias, fábricas de fertilizantes e uso do gás como matéria-prima.

5.3. Preço do Gás Natural (MME e EIA)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em setembro de 2025, foi de US\$ 19,91/MMBtu, valor 10% superior ao observado em setembro de 2024 (US\$ 18,13/MMBtu).

Em setembro de 2025, o preço médio do gás natural no mercado *spot* Henry Hub foi de US\$ 2,97/MMBtu, valor 30% superior ao apresentado em setembro de 2024. Esse preço não inclui impostos e transporte, sendo estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Gráfico 25 - Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Energy Information Administration (EIA).
Nota: ¹Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.
²Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.



6. TELECOMUNICAÇÕES

6.1. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel (ANATEL)

Foram realizados 275 milhões de acessos móveis no mês de abril de 2026, valor 3,6% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior. Desses acessos, 23% foram realizados por tecnologia 5G, 65% por tecnologia 4G, 5% por tecnologia 3G e 6,7% por tecnologia 2G.

Em abril de 2026, a tecnologia 5G foi a que representou o maior crescimento em relação a abril de 2025 (42%), enquanto a tecnologia 3G apresentou a maior retração (15%).

Tabela 16 - Evolução do Número de Acessos Móveis por Tecnologia (milhões)

Fonte	Abril 2025	Abril 2026	Variação % abr/2026-abr/2025	Variação % abr/2026
2G	19,2	18,4	-4%	7%
3G	17,0	14,3	-15%	5%
4G	183,3	177,3	-3%	65%
5G	45,5	64,5	42%	23%
Total	264,9	274,5	4%	100%

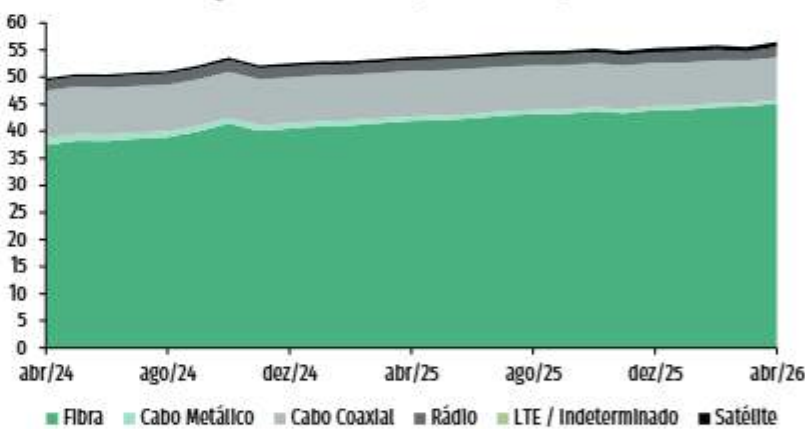
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6.2. Acessos em Internet Fixa (ANATEL)

No mês de abril de 2026, foram efetuados 57 milhões de acessos em internet fixa, valor 5% superior ao verificado no mesmo mês do ano anterior. Do total de acessos, 95% foram realizados em velocidade superior a 34 Mbps, o que representa um crescimento de 7% em relação aos acessos realizados em abril de 2025 nessa mesma faixa.

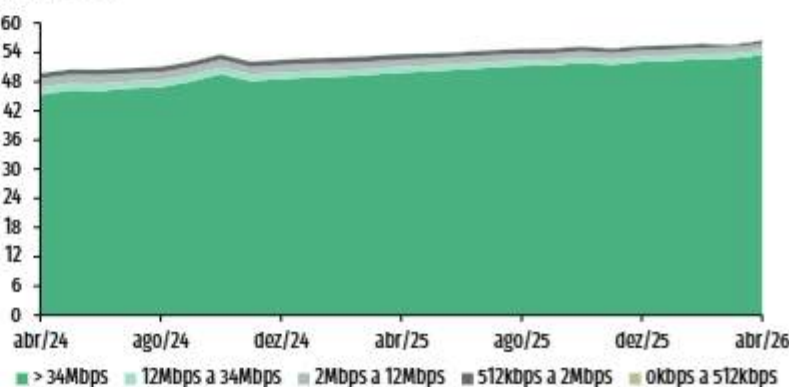
O aumento dos acessos em alta velocidade acompanha o crescimento da utilização da fibra ótica, que aumentou 8% com relação ao mesmo período do ano anterior. A fibra ótica é a tecnologia com maior número de acessos no Brasil, abrangendo 80% do mercado.

Gráfico 26 - Evolução dos Acessos por Tecnologia (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Gráfico 27 - Evolução de Acessos por Faixa de Velocidade (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.



7. TRANSPORTES

7.1. Portos Seleccionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

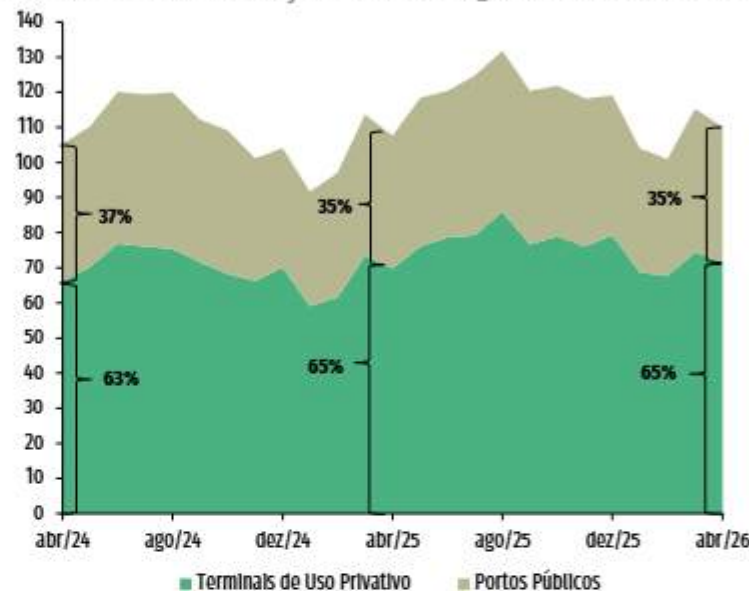
7.1.1 Movimentação de cargas

Em abril de 2026, o total de cargas movimentadas nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) foi de 110 milhões de toneladas, volume 2% superior ao do mesmo mês de 2025.

Os TUPs representaram 65% da movimentação total de cargas nos portos e terminais em abril de 2026. A movimentação total nos TUPs foi de 72 milhões de toneladas, volume 3% superior ao observado no mesmo mês de 2025. Os portos públicos movimentaram 38 milhões de toneladas, volume 2% superior ao registrado no mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país, em abril de 2026, foi de 1195 mil TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), volume 10% superior ao mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 28 - Movimentação Total de Cargas (milhões de toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

Tabela 17 - Movimentação Total de Cargas - por Natureza (mil toneladas)

	Abril 2025	Abril 2026	Variação % abr/2026-abr/2025
Granel Sólido (a)	65.136	66.199	2%
Portos Públicos	23.179	23.483	1%
TUPs	41.957	42.715	2%
Granel Líquido e Gasoso (b)	25.697	25.975	1%
Portos Públicos	4.728	4.965	5%
TUPs	20.969	21.010	0%
Carga Geral (c)	5.250	5.300	1%
Portos Públicos	2.341	1.924	-18%
TUPs	2.909	3.376	16%
Carga Containerizada (d)	11.545	12.652	10%
Portos Públicos	7.555	8.070	7%
TUPs	3.991	4.582	15%
Total (a+b+c+d)	107.629	110.125	2,3%
Portos Públicos	37.802	38.442	2%
TUPs	69.826	71.683	3%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

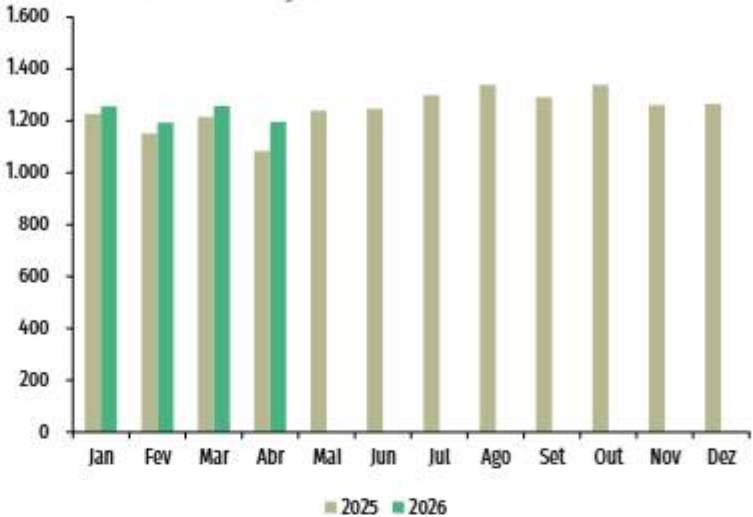
Em abril de 2026, a navegação de longo curso representou 71% da movimentação total de cargas, seguida pela navegação de cabotagem (22%), de interior (7%) e de apoio marítimo e portuário (menos de 1%).

Na navegação de cabotagem, foram movimentadas 24 milhões de toneladas, valor 3% superior ao observado em abril de 2025.

Os portos privados corresponderam por 76% das cargas movimentadas, totalizando 18 milhões de toneladas em abril. Os portos públicos movimentaram 6 milhões de toneladas, 24% da movimentação total.

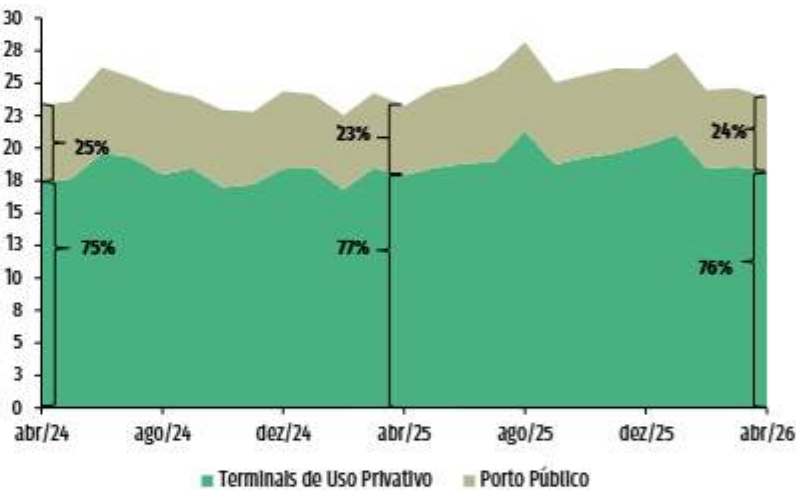
As principais cargas movimentadas, em toneladas, foram os graneis líquidos e gasosos (15,5 milhões ton), seguidos pelos graneis sólidos (4 milhões ton), pelas cargas containerizadas (3,6 milhões ton) e pela carga geral (0,8 milhão ton).

Gráfico 29 - Movimentação Total de Contêineres (mil TEUs)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Gráfico 30 - Movimentação Total de Cargas na Navegação de Cabotagem (milhões de toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Tabela 18 - Movimentação Total de Cargas na Navegação de Cabotagem - por Natureza (mil toneladas)

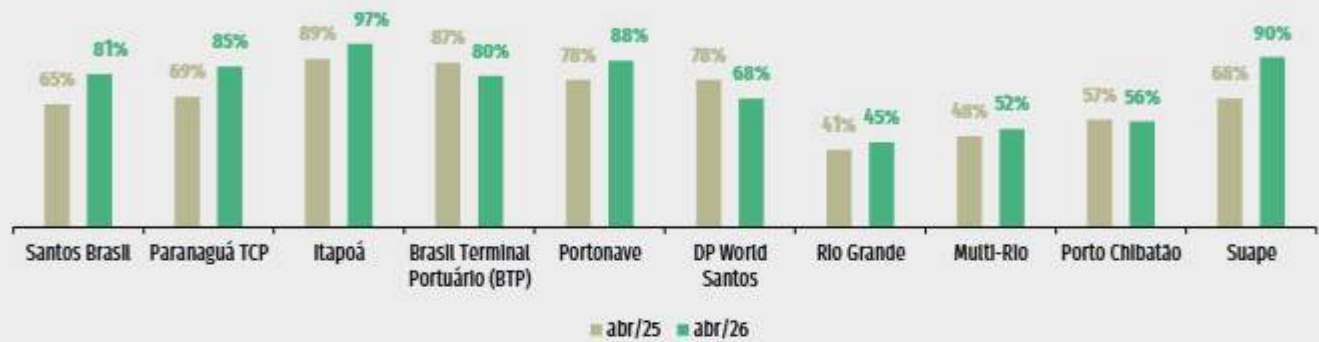
	Abril 2025	Abril 2026	Variação % abr/2026-abr/2025
Granel Sólido (a)	3.920	3.974	1%
Granel Líquido e Gasoso (b)	15.404	15.497	1%
Carga Geral (c)	777	835	7%
Carga Containerizada (d)	3.165	3.602	14%
Total (a+b+c+d)	23.266	23.908	2,8%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

7.1.2. Capacidade utilizada nos terminais de contêineres

Em abril de 2026, dentre os dez terminais mais movimentados, os terminais de contêineres de Itapoá foi o que apresentou o maior nível de utilização, com 97% da ocupação.

Gráfico 31 - Utilização dos principais terminais de contêineres do Brasil em Abril (%)



Fonte: SOLVE Shipping.

7.1.3. Cancelamentos, omissões e atrasos nos terminais de contêineres

Das 1803 operações de contêiner previstas na navegação de longo curso de janeiro a abril de 2026, foram contabilizados 454 casos de omissões ou cancelamentos (25% do total).

O terminal Paranaguá TCP foi o que apresentou o maior número de problemas (80), seguido por Santos Brasil (75) e Rio Grande (42).

Tabela 19 - Cancelamentos e omissões nas principais instalações que movimentam contêineres (jan/26 a abr/26)

Instalação portuária	Atrasos	Operações previstas	Percentual em relação ao previsto
Brasil Terminal Portuário (BTP)	35	222	16%
Multi-Rio	33	122	27%
Paranaguá TCP	80	320	25%
Rio Grande	42	148	28%
DP World Santos	15	121	12%
Itapoá	34	159	21%
Portonave	27	107	25%
Santos Brasil	75	183	41%
Pecém	15	40	38%
Suape	4	41	10%
Outros	94	340	28%
Brasil	454	1.803	25%

Fonte: SOLVE Shipping.

Em relação à pontualidade das movimentações nessas infraestruturas, de janeiro a abril de 2026, foram 716 casos de

atraso, o que representa 40% do total. Nesse período, a instalação que apresentou o maior número de operações não pontuais foi o Brasil Terminal Portuário (BTP) com 122 registros de atraso.

Tabela 20 - Atrasos nas principais instalações que movimentam contêineres (jan/26 a abr/26)

Instalação portuária	Atrasos	Operações previstas	Percentual em relação ao previsto
Paranaguá TCP	119	320	37%
Brasil Terminal Portuário (BTP)	122	222	55%
Santos Brasil	53	183	29%
Portonave	71	107	66%
DP World Santos	43	121	36%
Multi-Rio	66	122	54%
Itapoá	53	159	33%
Rio Grande	47	148	32%
Suape	17	41	41%
Pecém	5	40	13%
Outros	120	340	35%
Brasil	716	1.803	40%

Fonte: SOLVE Shipping.

Nota: O Porto de Chibulão (AM) não conta com essas estatísticas e foi substituído pelo Porto de Pecém (CE), que foi o 11º colocado em termos de movimentação de contêineres entre janeiro e abril de 2025 no país.

De janeiro a abril de 2026, 65% dos embarques previstos nos terminais de contêineres do país sofreram atrasos, omissões ou cancelamentos.

7.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em abril de 2026, somando mercado nacional e internacional, foi de 10,2 milhões de passageiros, valor 2% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representaram 78% da movimentação total em abril de 2026.

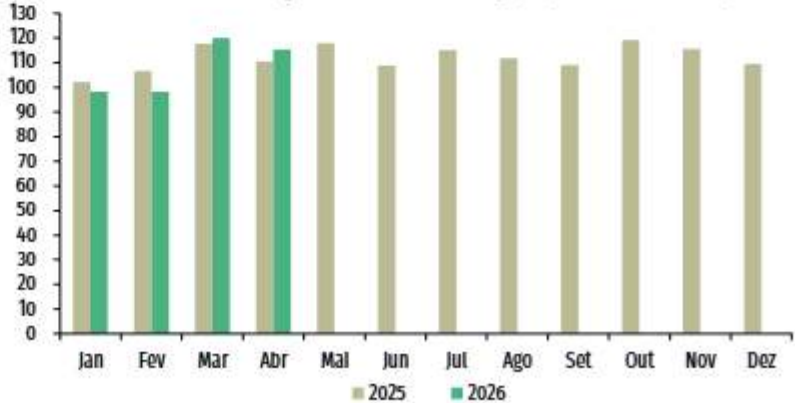
A movimentação de carga aérea total no país, em abril de 2026, somando mercado nacional e internacional, foi de 115 mil toneladas, montante 4% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 33% do total de cargas movimentadas no período.

Gráfico 32 - Movimentação Mensal de Passageiros (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

Gráfico 33 - Movimentação Mensal de Cargas (mil toneladas)

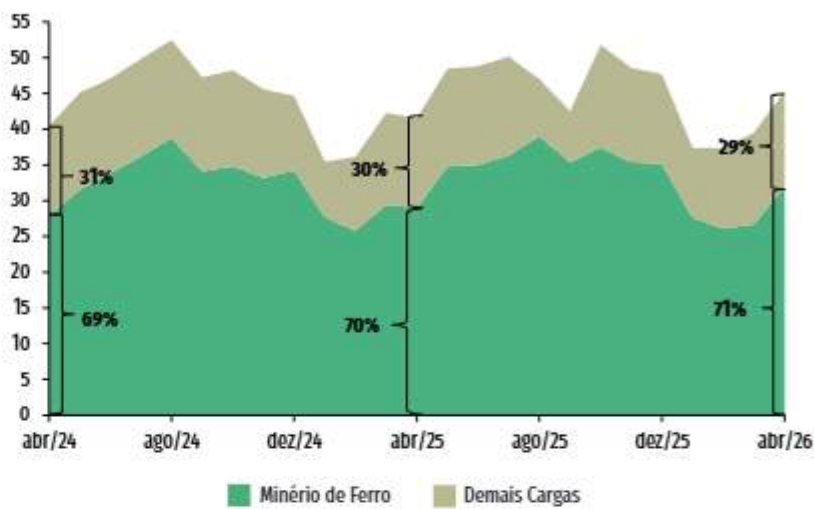


Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

7.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em abril de 2026, foi de 45 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 8,9% superior ao observado no mesmo mês de 2025. A movimentação de cobre foi a que apresentou maior crescimento (36%). O minério de ferro correspondeu a 71% do total movimentado em abril de 2026.

Gráfico 34 - Movimentação de Minério de Ferro e Demais Cargas (milhões TU)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

Tabela 21 - Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias (mil TU)

Mercadorias	Abril 2025	Abril 2026	Variação % abr/2026-abr/2025
Minério de Ferro	29.070	31.975	10%
Soja	5.244	6.186	18%
Farelo de Soja	852	1.018	19%
Celulose	1.172	1.015	-13%
Produtos Siderúrgicos	892	800	-10%
Açúcar	833	668	-20%
Cobre	490	668	36%
Carvão Mineral	462	528	14%
Óleo Diesel	319	280	-12%
Demais Produtos	2.233	2.144	-4%
Total	41.567	45.282	8,9%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

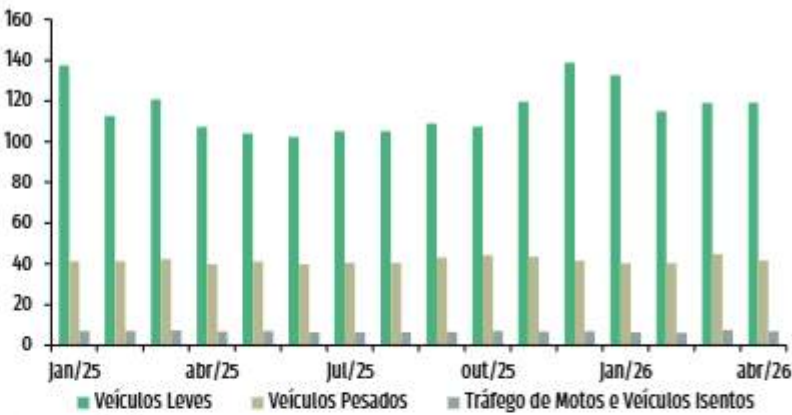
7.4. Tráfego Rodoviário Pedagiado (ABCR)

Em abril de 2026, a movimentação em rodovias federais e estaduais pedagiadas foi de 168 milhões de veículos, valor 9% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os veículos leves representaram 71% da movimentação total, seguido pelos veículos pesados (25%) e motos (2%). O tráfego isento em rodovias pedagiadas somou 4 milhões de veículos, o que representa 3% do total.

O tráfego de veículos pesados em abril de 2026 foi de 41,7 milhões de veículos, equivalente à 25% de todo o tráfego pedagiado. Esse valor foi 5% superior ao observado no mesmo mês no ano anterior. O tráfego pedagiado de veículos leves foi de 119 milhões de veículos, valor 11% superior ao verificado em abril de 2025.

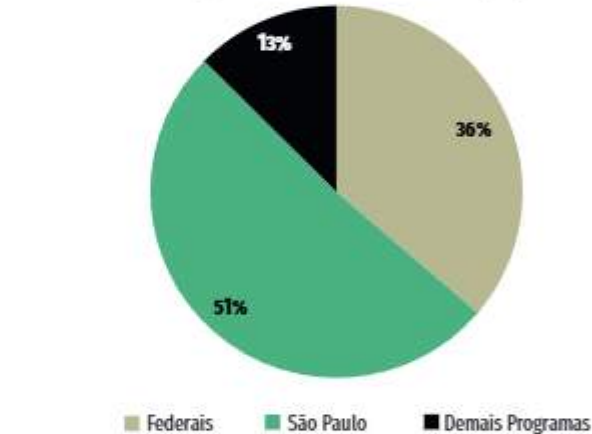
A avaliação por tipo de gestão das rodovias revela que o tráfego em rodovias federais pedagiadas foi de 61 milhões, valor 3% superior ao observado em abril de 2025. Em relação às rodovias estaduais pedagiadas, o tráfego foi de 106,9 milhões, valor 13% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior. Desse total, trafegaram nas rodovias do estado de São Paulo 85,8 milhões de veículos, e em outros estados, 21,1 milhões.

Gráfico 35 - Movimentação em Rodovias Pedagiadas (milhões de veículos)



Fonte: Elaboração própria com dados da ABCR.

Gráfico 36 - Participação por Tipo de Gestão no Tráfego Rodoviário Pedagiado em Abril de 2026 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados da ABCR.

Tabela 22 - Tráfego de Veículos em Rodovias Pedagiadas (milhões de veículos)

Classe	Abril 2025	Abril 2026	Variação % abr/2026-abr/2025
Veículos leves	107,3	119,1	11,1%
Veículos pesados	39,8	41,7	4,7%
Motos	2,5	2,6	7,0%
Tráfego isento	4,2	4,3	2,7%
Tráfego total	153,7	167,7	9,1%

Fonte: Elaboração Própria com dados da ABCR.

7.5. Acidentes em Rodovias Federais (PRF)

Tabela 23- Evolução dos Acidentes em Rodovias Federais - por Trechos Rodoviários (acumulado até Abril de cada ano)

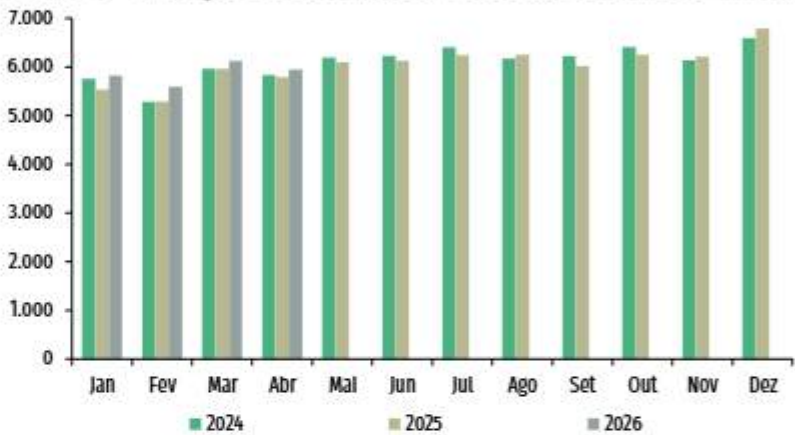
BR/UF	2025	2026	Variação (2026/2025)
SC-101	1.355	1.407	4%
SP-116	1.001	982	-2%
MG-381	870	962	11%
RJ-101	769	827	8%
PR-277	669	752	12%
ES-101	629	607	-3%
MG-40	612	592	-3%
RJ-116	568	566	0%
PR-376	533	615	15%
PB-230	433	375	-13%
RS-116	416	411	-1%
SC-282	420	539	28%
MG-116	398	436	10%
RS-290	314	228	-27%
SC-470	326	354	9%
MT-163	327	296	-9%
MG-262	329	317	-3,6%
PE-101	332	475	43%
BA-101	322	286	-11%
Demais Trechos	11.937	12.448	4%
Total	22.560	23.475	4%

Fonte: Elaboração própria com dados da PRF.

Em abril de 2026, foram registrados 5.943 acidentes nas rodovias federais brasileiras, segundo dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF). O total de acidentes é 3% superior ao mesmo mês de 2025 e 2% superior ao verificado em abril de 2024.

Os trechos das rodovias federais que mais concentraram acidentes entre janeiro e abril de 2026 foram os da BR 101/SC (1407 acidentes), BR 116/SP (982 acidentes) e BR 381/MG (962 acidentes).

Gráfico 37 - Evolução dos Acidentes em Rodovias Federais (total mensal)



Fonte: Elaboração própria com dados da PRF.

7.6. Preço ao Consumidor da Gasolina Comum e Óleo Diesel (ANP)

O preço médio da gasolina comum, em abril de 2026, foi de R\$ 6,74/L, valor 7% superior ao observado em abril de 2025 (R\$ 6,32/L).

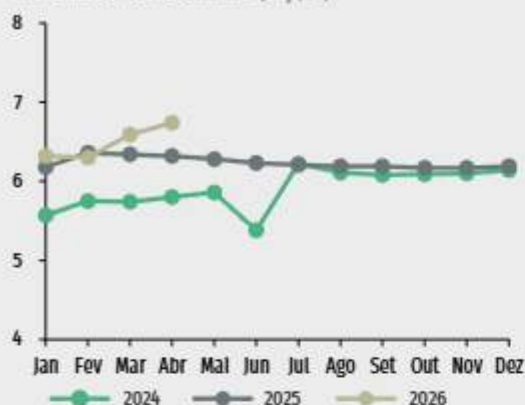
De acordo com os últimos dados divulgados pela ANP, relacionados à composição e estruturas de formação de preços, referentes a abril de 2026, os tributos federais corresponderam a 10% do preço da gasolina comum, valor 1 ponto percentual (p.p.) inferior em relação ao mesmo período do ano anterior. Os tributos estaduais representaram 23% do preço,

mesmo percentual em comparação ao mesmo período do ano anterior. As margens de distribuição mais revenda apresentaram um aumento de 2 p.p. no período.

Já o preço médio do óleo diesel, em abril de 2026, foi de R\$ 7,28/L, valor 17% superior ao observado em abril de 2025 (R\$ 6,22/L).

Segundo as informações mais recentes, disponibilizadas pela ANP, relacionadas à composição e estruturas de formação de preços, referentes a abril de 2026, não houve incidência de tributos federais. Os tributos estaduais representaram 3% do preço, uma diminuição de 15 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. As margens de distribuição mais revenda apresentaram um aumento de 12 p.p. no período.

Gráfico 38 - Preço Médio ao Consumidor da Gasolina Comum (R\$/L)



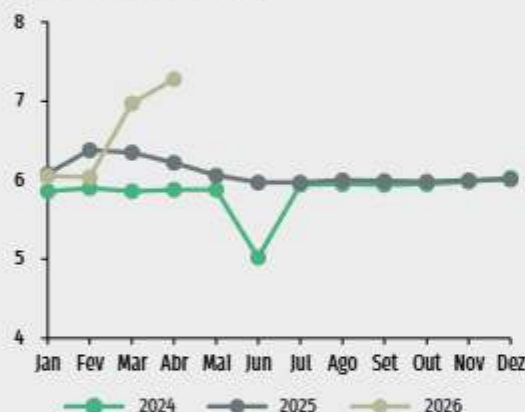
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 39 - Evolução da Composição do Preço Médio ao Consumidor da Gasolina Comum



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 40 - Preço Médio ao Consumidor do Óleo Diesel (R\$/L)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 41 - Evolução da Composição do Preço Médio ao Consumidor do Óleo Diesel



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Nota: *Preço do biodiesel com frete e tributos.

**Conforme fim da medida provisória do Governo Federal, houve reoneração dos tributos federais a partir de 01/01/2024.

RELATÓRIO INFRAESTRUTURA | Publicação mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.com.br
| Diretoria de Relações Institucionais | Diretor: Roberto de Oliveira Muniz | Superintendência de Infraestrutura
| Superintendente de Infraestrutura: Wagner Cardoso | Equipe: Andreia Carvalho, Euder Santana, Fernanda
Ortega, Mariana Lodder, Paula Bogossian, Ramon Cunha, Rennaly Sousa e Roberto Wagner | e-mail: infra@cni.com.br
| Diretoria de Desenvolvimento Industrial | Diretor: Jefferson de Oliveira Gomes | Diretor Adjunto: Mário
Sérgio Carraro Telles | Gerência de Escritório de Projetos e Iniciativas | Gerente: Paula Buccianeri de Nadal |
Design Gráfico: Simone Marcia Broch.

Serviço de Atendimento ao Cliente - Fone: (61) 3317-9992 email: sac@cni.com.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

Documento elaborado com dados disponíveis até 26 de julho 2026.



Mais informações sobre a infraestrutura e a indústria brasileira
em: www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/infraestrutura/

